

# “COMO PUDE APURAR” A REPRESSÃO AO INTEGRALISMO EM PERNAMBUCO?

*“How could I select” the repression to the Integralismo in Pernambuco?*

Giselda Brito Silva\*

... o problema humano importante exige assim a utilização de testemunhos de tipos opostos – é, em contrapartida, de absoluta necessidade que se distingam as técnicas eruditas pelo tipo de testemunho (BLOCH, Marc. *Introdução à História*, 1988, p. 63)

## RESUMO

Este trabalho trata dos documentos e fontes utilizados na pesquisa histórica acerca da repressão ao Integralismo em Pernambuco. A proposta central é não só explicar a tipologia e importância de determinadas fontes de pesquisa na sua relação com o tema escolhido pelo historiador é não só historiador, mas, principalmente, destacar a riqueza de trabalhos que optam por utilizar fontes diversas, podendo assim explorar várias versões do fato escolhido.

*Palavras-chave:* documentos policiais; fontes de pesquisa; Integralismo.

## ABSTRACT

This work deals with documents and sources used in the historical research of the repression to the Integralism in Pernambuco. The central proposal is to explain the tipology and importance of determined sources of research in its relation with the subject chosen for the historian. But, it is, mainly, to detach the wealth of works that opt to use diverse sources, thus being able to explore several versions of the chosen fact.

*Key-words:* police documents; sources of research; Integralism.

\* Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em História/DLCH/ Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco – Rua Francisco Porfírio, 196 – Afogados – Recife/PE. CEP: 50.770-500. Email: gibrs@uol.com.br.

Já é lugar comum na produção historiográfica que o documento não representa mais aquele objeto sagrado do qual os historiadores deveriam procurar se aproximar, conhecer, reverenciar e mostrar em toda sua verdade e santificação, utilizando-se da mais fiel e passiva postura que dele se esperava. Hoje o historiador tem consciência de que trata de discursos historicamente construídos, situados nos seus documentos e na sua escrita da história, e que produzem um determinado sentido que pode se alterar com as mudanças históricas. Neste novo lugar, o historiador percebe a importância de narrar seu percurso e seu lugar de leitura nas fontes utilizadas em suas pesquisas.

Segundo Giovanni Levi (1992, p. 153), “incorporar ao corpo principal da narrativa os procedimentos da pesquisa em si, as limitações documentais, as técnicas de persuasão e as construções interpretativas” representa mais do que uma nova postura do historiador, mas o rompimento com uma forma tradicional e autoritária de discurso que, através da defesa de uma verdade inerente ao documento, legitimava um saber e poder. Reafirmando a importância de o historiador relatar o encontro e o percurso em relação às suas fontes, Marc Bloch (1988, p. 66) disse: “todo o livro de história digno deste nome deveria incluir um capítulo, ou, se quiserem, inserida nos pontos capitais do discurso, uma série de parágrafos que se intitularia mais ou menos: ‘Como pude apurar o que vou dizer?’” Concordando com estes historiadores, e para trazer mais dados à discussão em torno dessas questões foi que, em nossa tese de doutoramento (SILVA, 2002), optamos por explicar a escolha das fontes, suas limitações, as técnicas e posturas adotadas no processo de leitura e interpretação da história da repressão do Integralismo em Pernambuco.

Por se tratar de uma história da repressão sobre um movimento de caráter nacional, e que assumiu especificidades regionais, por muito tempo apontado pela historiografia brasileira como aliado dos regimes de Getúlio Vargas, optamos por utilizar na pesquisa uma documentação heterogênea: fontes iconográficas, jornais, revistas, livros de memória, produções historiográficas, documentos produzidos pela Ação Integralista e, particularmente, os documentos produzidos e sistematicamente arquivados pela polícia política deste governo. É importante salientar que esses últimos não assumiram uma posição privilegiada em relação aos demais, mas se complementavam para atender a nossa problemática de contar as várias versões acerca

da repressão ao Integralismo no Estado de Pernambuco. Por outro lado, não podemos deixar de reconhecer o valor informativo destes documentos, que oferece grandes possibilidades de pesquisa sobre um tema que a historiografia brasileira por muito tempo deixou na superfície afirmando uma relação amigável entre integralistas e governo, quando os arquivos policiais estavam superlotados de outras histórias acerca desta relação.

Entretanto, como dissemos, não determinamos um lugar privilegiado para esta documentação em relação às demais. Isso não seria viável diante da própria diversidade que possuem os documentos preservados e arquivados pelos arquivos da DOPS-PE (Delegacia de Ordem Política e Social em Pernambuco)<sup>1</sup>. Não apenas porque se trata de documentos intencionalmente produzidos por um grupo que impunha um controle social num dado contexto histórico, mas, principalmente, porque os arquivos policiais possuem documentos produzidos pela polícia e documentos pertencentes aos indivíduos arquivados, vigiados e reprimidos. Trata-se de recortes de jornais que circulavam “livremente” na sociedade; trata-se de fotografias pertencentes aos indivíduos; trata-se, em suma, de documentos pessoais de caráter heterogêneo que eram produzidos nos mais diferentes lugares e situações; finalmente, trata-se de documentos historicamente arquivados para legitimar a repressão sobre um grupo tido como seu aliado.

Apesar da diversidade e riqueza documental, e mesmo de suas origens, estes documentos pessoais acabaram pertencendo a uma polícia que lhe deu caráter sigiloso e proibido, mudando muitas vezes seu conteúdo. Ou seja, uma correspondência entre núcleos integralistas, por exemplo, que antes circulava entre os membros destes núcleos, passou a conter outras informações paralelas à de sua intenção inicial. Identificação com giz de cera em vermelho indicava sua pasta e seu lugar de importância no processo de repressão. Recortes de jornais passaram a ser mais do que notícias e propaganda veiculadas para a sociedade: foram transformados em provas do discurso do inimigo que ameaçava a soberania nacional. Fotografias não

1 É importante informar que esta delegacia foi implantada em várias partes do país, constituindo-se num organismo repressor que se fundamentava em práticas discursivas e não-discursivas policiais controladas por um centro organizador e definidor das suas ações, situado no Distrito Federal, sob o comando de Filinto Müller. Mais informações sobre estas delegacias vide Revista *DOPS – A lógica da desconfiança* e *Os arquivos das polícias políticas*, publicados pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro em 1996.

eram apenas o registro de um passado que não se queria esquecer, da imagem que se queria congelar, mas a identificação objetiva do suspeito. Músicas e poesias passaram a representar o discurso da ameaça cultural que formava os inimigos a serem reprimidos. Em suas laterais foram acrescentados novos conteúdos; em seu cabeçalho foram indicados sua procedência, seu autor, data, se original, se cópia, se documento perigoso ou inocente. O documento arquivado pela polícia política passa a ter, assim, um novo caráter. De pessoais, estes documentos se transformaram em documentos públicos.

Ciente dessa questão, o historiador se deslumbra e fica eufórico por penetrar na política arquivística da polícia política de Getúlio Vargas, assim também entre os que tratam dos documentos do período militar pós-1964. O historiador tem os artigos dos jornais que circularam no período nos arquivos estaduais mas, e aí reside a especificidade do recorte de jornal arquivado pela polícia, nos arquivos da DOPS ele encontra a notícia recortada, escolhida, selecionada e anotada pela lógica policial. E, através desse recorte e anotações, penetra na história da repressão. Fotografias, jornais, correspondências e outros documentos deixam de ser o registro dos indivíduos e grupos para ser o registro das ações da polícia.

Estas são algumas das questões que levam o historiador a este estado de euforia por estar diante de documentos que estiveram por muito tempo longe dos olhos da sociedade em geral: eles traziam a verdade policial até então oculta, proibida. A euforia sobre documentos da temível polícia da DOPS não deixa de ser compreensível para qualquer um que se depare com eles. No campo emocional, há a sensação de que se está penetrando nos porões da ditadura e repressão para consultar suas pastas e arquivos sem ser uma de suas vítimas, como um observador e perscrutador dos seus segredos. Entretanto, essa euforia deve ser dosada e comedida para que o pesquisador, diante da quantidade de documentos, posicione-se com muita cautela, considerando-se que, se de um lado podem nos dar boas pistas do funcionamento da repressão, por outro podem conter desvios e reproduções da imagem que o regime quis registrar de si mesmo e dos seus perseguidos. Há que se considerar também o evidente silêncio. O uso da tortura, por exemplo, é muito mal documentado, além da ligação e planos de estratégias que uniam os representantes e informantes dessa polícia com o governo.

Segundo Étienne François (1998, p. 157-158), a manipulação desses arquivos requer crítica e rigor metodológico para não se cair nas armadilhas dos aparelhos totalitários. Há, segundo o autor, quatro exigências: a primeira está ligada à critica das fontes. Quem constitui as fontes? Para quê? O que expressam? O que dizem, o que não dizem? Em nosso caso, temos as fontes da DOPS-PE, documentos produzidos por investigadores, delegados, chefes de seções, secretários de segurança pública e informantes. São fontes produzidas no cotidiano policialesco na identificação de repressão aos suspeitos e inimigos do regime autoritário de Vargas. São, portanto, documentos que mais escondem do que revelam. Ainda segundo o autor, é preciso também considerar que os informantes não oficiais tinham por função esconder aqueles que os dirigem e apresentar em seus relatórios eficiência para valorização dos serviços prestados, sendo, muitas vezes, elaborados para agradar aos que vão ler para obterem vantagens ou, simplesmente, para comprometerem terceiros sobre os quais se poderia fazer pressão para legitimar uma investigação desejada.

A segunda exigência para Étienne (p.158), e também como nos ensina Marc Bloch (1988), é não esquecer que as fontes só começam a falar quando são questionadas, e a qualidade das respostas depende da qualidade das questões formuladas. Nossa problemática se situou, então, na seguinte questão: as relações entre Getúlio Vargas e os integralistas eram ou não amigáveis e amistosas como afirmam algumas posturas da historiografia daquela temática e período? Para responder a esta questão, procuramos os documentos policiais, que passaram a ser acessíveis ao historiador depois de 1991 no Estado de Pernambuco, a fim de saber como os integralistas eram vistos e arquivados por aquela polícia daquele governo. Localizamos então uma boa quantidade de documentos que provavam a existência de sérios conflitos entre este governo e os integralistas, apesar deles ocuparem o mesmo lado em relação aos inimigos em comum, a exemplo dos comunistas.

A terceira exigência é a necessidade de compreensão de que as fontes não dizem tudo, especialmente, num sistema de controle e vigilância policial. Nelas, há mais fatos escondidos do que revelados. No caso de nossa temática, a repressão aos integralistas, pudemos constatar certa ambigüidade em relação à ação policial sobre os mesmos. Algumas partes policiais chegavam a revelar que havia desconfiança e forte vigilância, enquanto outras não são muito claras acerca da imagem que o governo possuía destes, muitas

vezes tentando esconder até que tinham ordens para vigiar e controlar as atividades integralistas, como se o governo quisesse manter uma aparência de relações amigáveis com os integralistas. Outras chegavam ainda a elogiar a ação dos integralistas contra os inimigos, os comunistas, mas não escondiam que também os integralistas estavam sob suspeita.

Os termos de depoimentos prestados nessa delegacia pelos integralistas eram muito evasivos nesse sentido, destacando apenas que eles eram intimados, mas que pouco falavam sobre o movimento. Alguns indicavam prisões muito especiais para os líderes do movimento ou adeptos pertencentes às famílias importantes da região, sendo muitos destes registrados nas listas de prisão, tendo, entretanto, seus nomes riscados. Esse fato indicava, segundo os próprios policiais, que se tratavam de indivíduos importantes que não chegaram a ser presos mesmo quando estavam comprovadas as suas atividades subversivas, a exemplo do ataque ao Palácio do Catete em maio de 1938.

Outro fato a refletir, em torno da construção dessas fontes, é o efeito das várias posições ideológicas reproduzidas nos investigadores quanto a quem era o *inimigo perigoso*. Inicialmente, eles foram treinados para ver, nos comunistas, o inimigo principal, sendo os integralistas, para esses investigadores, um grupo que, por se posicionar dentro de um discurso anticomunista e em defesa da ordem, não constituía um *inimigo objetivo*. As informações desses investigadores se confundem com as de outros investigadores, para os quais integralistas e comunistas eram ambos suspeitos de ameaça e desordem. Esse último tipo enquadrava-se mais dentro dos propósitos do governo de Getúlio Vargas, que ora tolerava os integralistas e mantinha uma postura bastante ambígua em relação às suas atividades, ora os reprimia sob um discurso justificador de manutenção da ordem, identificando-os como um grupo tão ameaçador quanto os comunistas e outros. É desse cruzamento entre discursos e polícia que nos ocupamos, daí a importância das fontes produzidas por policiais, nas quais obtivemos informações acerca das práticas discursivas e não discursivas da polícia em relação aos integralistas.

A quarta exigência, ainda segundo Étienne François, é de ordem ética. Trata-se de destacar dois posicionamentos: escrúpulos e prudência na busca da *verdade histórica*. Trata-se de manter uma constante lembrança: que tais fontes são a representação histórica de homens e mulheres que

sofreram, que foram feridos, que estão marcados para sempre e que reclamam por justiça e verdade. Nesse trecho, ele destaca a importância da humildade e modéstia para lidar com fontes que trazem componentes emocionais ainda muito fortes e presentes em nossa sociedade. E, finalmente, uma reflexão acerca das certezas: “Em 1989, não foi somente o muro de Berlim que caiu, mas também uma certa maneira de pensar, de fazer e de escrever a história” (FRANÇOIS, 1998, p. 159-161).

Tomando todas essas reflexões metodológicas, definimos os arquivos da DOPS em Pernambuco como um lugar de pesquisa com informações relevantes sobre a repressão da Era Vargas. Trata-se de um acervo que fornece, além de documentos a serem analisados à luz de uma postura metodológica, informações acerca da lógica policial sobre os suspeitos e inimigos do Estado. Após a extinção da DOPS, os documentos que restaram em seus arquivos foram transferidos para o Arquivo Público Estadual de vários Estados. A transferência e o rearquivamento dos documentos policiais tomaram vários caminhos nos Estados.

Em Pernambuco, as fichas catalogadas com os nomes dos suspeitos e as pastas contendo prontuários individuais e funcionais foram transportados na mesma ordem e nos mesmos móveis de aço que os preservavam na Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP-PE), na época situada na rua da Aurora-Recife/PE. Foram rearquivados apenas os documentos que se encontravam no chão de uma cela ou cômodo, analisados e selecionados para receber tratamento arquivístico no Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (APEJE). Os documentos da DOPS acham-se hoje à disposição do público pesquisador em ordem alfabética por assunto ou temática, permitindo consultas supervisionadas por um grupo de funcionários para a preservação desse material. O processo de transferência dos arquivos da DOPS-PE para o APEJE permite uma noção da lógica arquivística da polícia da DOPS em Pernambuco, em decorrência da preservação das formas arquivísticas encontradas na SSP-PE.

Nesta forma arquivística localizamos com facilidade toda documentação produzida pela AIB-PE (Ação Integralista Brasileira em Pernambuco), pela AIB (Ação Integralista Brasileira – Centro no Rio de Janeiro) e pela própria DOPS. Nos documentos da DOPS em Pernambuco localizamos não apenas documentos sobre o movimento, mas informações importantes sobre a organização interna da própria polícia política e suas estratégias de

vigilância, controle e repressão. Encontramos nos livros de Adidos dados sobre os procedimentos de aquisição e seleção do pessoal da polícia; sobre como os investigadores eram admitidos, exonerados, como se articulavam os *informantes*, sobre a postura dos delegados, a organização das escalas de serviços e o procedimento arquivístico da polícia em relação aos integralistas antes e depois de 1937. Depois, passamos a examinar os prontuários funcionais da AIB, divididos em pastas por núcleos espalhados por todo o Estado de Pernambuco, onde se encontram arquivados documentos da AIB, tais como livros de reuniões, fichas de inscrições, fotografias, cartas pessoais, bilhetes, poesias, letras de músicas, relação de livros, panfletos, boletins, selos *Anauê*, pedaços de bandeira da AIB, correspondências trocadas entre os núcleos de Pernambuco e entre o chefe Provincial do Estado e os líderes mais próximos do Chefe Nacional, etc.

Também localizamos alguns prontuários individuais que foram integralistas. Entretanto, não foi possível utilizar alguns documentos que faziam referências a pessoas que ainda estivessem vivas sem suas autorizações, ou de familiares, caso não estivessem mais vivas. Contudo, se não foi possível fazer citações desse tipo de prontuário, eles forneceram pistas sobre informações que podiam ser lidas em outro tipo de documento da época e citado. Tanto nos prontuários funcionais como nos individuais localizamos muitos documentos policiais em que estão registrados as partes, os informes, relatórios, inquéritos, as denúncias e outros documentos utilizados no processo de vigilância, controle e repressão aos integralistas em Pernambuco e em outros Estados.

Para ampliar nosso conhecimento acerca dessa Delegacia em Pernambuco, procuramos os documentos da DOPS situada no Rio de Janeiro, onde funcionava o centro de controle das DOPS's por Filinto Müller. Atualmente, há farta documentação sobre o integralismo da Era Vargas no Arquivo Público do Rio de Janeiro, incluindo documentos da DOPS-PE, além dos do Rio de Janeiro e outros Estados. Porém, diante do que já havíamos levantado na DOPS-PE, procuramos nos limitar às informações relativas ao período posterior ao decreto de proibição do movimento, especialmente ao julgamento dos integralistas depois da tentativa de golpe em 1938. Segundo informações da funcionários do referido arquivo, há 136 caixas, com seis pacotes de documentos em cada uma delas, com informações sobre as atividades integralistas em todo o país, especialmente no Rio de Janeiro.

Como nosso interesse foi ver a repressão em Pernambuco, já na primeira caixa percebemos que os arquivos da DOPS-RJ continham mais documentos do movimento no Rio de Janeiro. Daí termos utilizado pouca coisa desse arquivo em citações, servindo muito mais para garantir uma compreensão da dimensão arquivística da polícia central do Rio de Janeiro sobre todas as atividades integralistas por todo o país, já que no mesmo estão guardados documentos que fazem referências a vários Estados.

Particularmente importantes para a compreensão da repressão aos integralistas foram os documentos localizados no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea), localizado na FGV (Fundação Getúlio Vargas). No CPDOC, encontramos documentos confidenciais que nos permitiram conhecer as tramas da relação entre Getúlio Vargas e os líderes integralistas. Nos documentos microfilmados, que estão catalogados de forma muito sistemática num determinado programa da Fundação, localizamos documentos por chamadas temáticas, entre elas *INTEGRALISMO*, *PUTSCH INTEGRALISTA*, *ESTADO NOVO*, etc. No referido programa, acessamos ainda os *Arquivos Particulares de GV* (Getúlio Vargas); *FM* (Filinto Müller); *EL* (Etelvino Lins); *AGM* (Agamenon Magalhães); *ALF* (Andrade Lima Filho); *PS* (Plínio Salgado). Entre esses arquivos, procuramos dar prioridade às informações sobre a relação Integralismo-Governo no período pós-1937, dada a quantidade de documentos que já havíamos recolhido sobre o período anterior no APEJE, sem desconsiderar alguma informação valiosa sobre nossa problemática em documentos do período anterior.

Para acessar estes arquivos especiais e sigilosos e ler os documentos neles preservados, foi fundamental uma leitura preliminar das *fontes bibliográficas*. A leitura bibliográfica nos permitiu escolher e sistematizar as informações pertinentes ao tema e à problemática. Os documentos policiais por si só não nos dão uma visão ampla da história do Integralismo. Como já dissemos, nestes documentos há mais ocultação de informação do que evidências. Essas vieram de outros documentos, cuja leitura preliminar foi definidora de nossa postura e abordagem dos documentos policiais. Assim, em nossas pesquisas, a utilização dos documentos policiais foi viabilizada e ampliada pelas leituras bibliográficas, pelas narrativas e pelos jornais que não foram censurados no período, a exemplo do *Jornal Pequeno*.

Quanto à bibliografia que deu suporte à pesquisa da repressão ao Integralismo, procuramos nos deter em autores que trataram do Estado Novo e do lugar dos integralistas no regime, uma vez que tencionávamos ver essa história a partir de vários lugares de leitura.

De modo geral, tornou-se lugar-comum tratar do regime dentro de uma ótica que o vincula ao auxílio dos integralistas e à participação dos mesmos no golpe de 1937. Em nossas pesquisas, procuramos mostrar que, longe de ser a concretização dos ideais dos integralistas, o Estado Novo tirou os integralistas da cena política, com Getúlio Vargas utilizando-se do mesmo discurso de *saneamento da ordem* que os integralistas produziram para outros inimigos do regime<sup>2</sup>.

No campo da historiografia brasileira, há pouca coisa sobre a repressão aos integralistas na Era Vargas. Sobre esse período e governo, muito se tem falado na questão da repressão da ditadura do Estado Novo. Entretanto, esses estudos têm centrado mais suas análises na repressão aos comunistas, sendo os integralistas tratados como um grupo que estava aliado a esse governo na luta comunista antes de 1937 e perseguidos depois de 1938 como aliados do Eixo. Na maioria dos casos, os estudos que tratam do Integralismo têm apenas citado a repressão à *Intentona Integralista ou Putsch Integralista de 1938*. Hélio Silva (1971) foi o mais empenhado em narrar uma cronologia dos fatos que teriam desencadeado a repressão aos integralistas.

Robert Levine (1980) é outro historiador que dedica algumas páginas ao Integralismo, porém, está mais empenhado em apontar a campanha integralista anticomunista e sua sustentação ao golpe do Estado Novo. Edgard Carone, Thomas Skidmore, Leônicio Basbaum e outros que tratam da Era Vargas, nas décadas de 70 e 80, citam o integralismo como um movimento de radicalização de direita aos moldes fascistas, que se desencadeava no

2 Maria Luiza Tucci Carneiro destaca que nos anos 1930 há o investimento do governo no plano da censura num discurso ordenador e saneador. O termo *saneamento da ordem*, citado pela autora, está ligado à idéia de higienização e limpeza da desordem, ou, “um ato de saneamento ideológico, que se processava através da censura preventiva e punitiva cujo objetivo era impedir a circulação de idéias rotuladas de ‘perigosas’”. Cf. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997. p. 15. Apesar de que a autora está se referindo à censura aos livros, a expressão serve para analisar a censura e repressão à circulação das idéias tidas por perigosas propagadas pelos discursos dos indivíduos e movimentos políticos dos anos 30. Pela expressão, percebe-se que a sociedade era comparada a um corpo e o saneamento e a higienização como atos para manter o corpo limpo.

Brasil e que teria recebido grande apoio de Getúlio Vargas, sendo a repressão aos integralistas comentada num parágrafo ou dois em geral como um dos fatos pós-1938 sem muita importância, visto que os autores se limitam a dizer: *Depois da tentativa de golpe, os integralistas são afastados definitivamente do campo de ação política.* Thomas Skidmore (1982, p. 52) afirma que: “ao surgir do golpe, um grupo político parecia ainda desfrutar de plena liberdade: os radicais de direita. Plínio Salgado e seus seguidores integralistas pensaram, erroneamente, que iriam ser os principais beneficiários do movimento de Vargas”.

Os documentos policiais que comprovam a vigilância, a censura e o controle das atividades integralistas, antes de 1937, são representativos de que os integralistas não estavam *desfrutando de plena liberdade*, como diz Skidmore. Mesmo antes de 1937, os documentos policiais já apontam dados importantes dos conflitos que marcaram a relação dos integralistas com o governo. Um destes momentos é o ano de 1936, marcado por conflitos armados na Bahia, em Minas Gerais e em João Pessoa, na Paraíba.

Com Leôncio Basbaum (1977) e Edgard Carone (1976) temos uma análise política do contexto em que surgiu e atuou o Integralismo; entretanto, também entre eles esse movimento é tratado dentro do olhar da luta anticomunista e, em seguida, na trama do golpe do Estado Novo com a participação de líderes integralistas ou simpáticos destes, tendo suas atividades encerradas com o golpe de Getúlio também sobre a AIB. Sérgio Buarque de Holanda (1989) organizou alguns autores que fazem referências ao Integralismo. Mas, também esses autores se dedicam a apresentar o Integralismo como um movimento anticomunista, *locus* de apoio do Estado Novo, ou como cópia dos fascismos no Brasil nos anos 30. Nesse último particular, enquadra-se o clássico trabalho de Hélio Trindade (1974), que se preocupa em refletir a origem, composição social e ideologia do chefe integralista para definir o fascismo brasileiro, tomando o contexto externo e os movimentos de direita que se desenvolviam no Brasil como ponto de partida. Ainda nos anos 1970, temos as pesquisas de Stanley Hilton (1977) sobre a repressão aos integralistas. Este trabalho também vai tratar da repressão após 1937 e vincular o Integralismo às atividades nazistas no Brasil.

Atualmente, é no Sul e Sudeste do país onde encontramos uma maior quantidade de referências aos integralistas; a maioria se dedica à questão nazifascista ou à sua contribuição à implantação do Estado Novo

de Getúlio Vargas na luta anticomunista. Alguns trabalhos, no entanto, estão se voltando para o estudo das questões internas ligadas ao movimento, tais como a educação integralista, a participação das mulheres no movimento, o pensamento de Plínio Salgado, etc.

Sobre a organização interna, dos discursos e doutrinação do Integralismo, destacamos os trabalhos de Rosa Maria Feiteiro Cavalari (1999), como tese de doutoramento na Universidade de São Paulo (USP). A autora utiliza grande quantidade de documentos integralistas que estão arquivados no acervo Plínio Salgado do Arquivo Público do Município de Rio Claro, em São Paulo. Dado seu objeto central, educação e Integralismo, também aqui não temos referências ao tipo de repressão que vai desencadear-se também contra os integralistas na Era Vargas.

Sobre a AIB no Nordeste, temos poucos estudos. Josênia Parente (1986) trata do Integralismo no Ceará, destacando que o ano de 1936 é o *ano verde*, dado o crescimento do movimento com a repressão aos comunistas. Este autor cita que, nesse momento, o Integralismo também fora perseguido na Bahia. Mesmo aqui não temos estudos da dimensão da repressão aos integralistas neste e em outros Estados, não havendo referências a Pernambuco. Fazendo um paralelo com este trabalho, em nossa pesquisa, localizamos o ano de 1936 como, de fato, o ano de maior crescimento das idéias integralistas, dado o contexto pós-intentona comunista. Entretanto, esse também foi o ano de maior conflito do movimento com representantes do governo. Não apenas porque alguns governos estaduais declararam guerra aos comunistas e aos integralistas como duas ideologias “externas”, mas porque o integralismo entrou na esfera da política partidária com o lançamento de Plínio Salgado para a campanha da eleição presidencial disputando com políticos que representavam o governo e outros grupos contrários ao Integralismo. Dessa forma, de 1936 ao golpe de 10 de novembro de 1937, o Integralismo vai-se desenvolver, de um lado favorecido pelo contexto pós-35 de atividade comunista, mas, por outro, vai ser combatido pelos opositores políticos na campanha, sob o olhar vigilante e desconfiado de Getúlio Vargas.

João Ricardo Caldeira (1999) também vê o ano de 1936 como momento de auge do Integralismo, sendo o Maranhão um dos Estados onde o movimento havia recebido apoio do governo estadual, com ampla divulgação nos canais de propaganda. Segundo este, a repressão aos integralistas

do Maranhão teria vindo de forma tranquila depois de 1937, onde o mesmo não localiza nenhuma reação das pessoas ou grupos contrários à portaria que fecha a AIB. Também aqui vamos ter um diferencial em relação a Pernambuco. Nesse Estado, a reação ao decreto de proibição do governo leva alguns indivíduos a se articularem com integralistas de outros Estados e desenvolver um plano de ataque ao governo em apoio à *Intentona Integralista* no Rio de Janeiro.

Outro trabalho indicativo do Integralismo na região é o de Fábio Lima Amorin, que se dedicou a estudar o Integralismo em Pesqueira, cidade do interior de Pernambuco, atualmente desenvolvendo estudos sobre o PRP (Partido de Representação Popular) na Universidade Federal de Pernambuco. Nesta mesma universidade, vale destacar nossa pesquisa de mestrado, tendo como tema *A Ação Integralista Brasileira em Pernambuco (1932-1937)*, apresentada em 1996, seguida de nossa tese de doutoramento aqui já citada. No mestrado, procurou-se destacar como a AIB chegou a Pernambuco e como se expandiu pelo interior do Estado até o momento do decreto de proibição. O referido estudo propiciou uma base sobre as especificidades do movimento na região Nordeste e, particularmente, no Estado. Dos dados colhidos, pudemos aprofundar os estudos e trabalhar algumas diferenças que marcaram a atuação do movimento em Pernambuco em relação a outros Estados e regiões, numa nova abordagem que seria a repressão aos mesmos no Estado. Donde concluímos que o que vai diferenciar o Integralismo e a repressão entre Pernambuco e os demais Estados, especialmente do Sul do país, são suas vinculações com as idéias nazi-fascistas que tinham uma característica mais marcante no Sul do país do que aqui no Nordeste.

Na região Nordeste, os aspectos anticomunista e religioso foram predominantes, sendo o processo de repressão aqui justificado como mecanismo de luta contra a desordem praticada pelos integralistas, especialmente após 1937. A questão nazista também vai influenciar após 1939, mas o peso é inferior em relação a outras regiões, apesar de termos localizado atividades nazistas de certa representatividade em Paulista (PE). Entretanto, de modo mais geral, o componente anticomunista, nacionalista e religioso teve um peso grande nas atividades integralistas em Pernambuco. E os casos apontados como desordem eram mais identificados pelos conflitos públicos, em que esses se envolviam tanto com comunistas como com re-

presentantes do governo estadual e federal, do que por serem aliados de Hitler, enquanto naquela região teria sido o contexto da Segunda Guerra Mundial e a luta antinazista, patrocinada pelos EUA e pelos aliados, além dos fatos relativos ao atentado ao governo federal, que teriam favorecido um tipo de repressão aos integralistas, diferentemente do que teremos aqui.

Outro aspecto que vincula a discussão historiográfica aos nossos objetivos, dentro do estudo do processo de repressão aos integralistas, é a promoção de um debate acerca da postura historiográfica que defende ser o Estado Novo o resultado do combate ao comunismo e a efetivação de um projeto integralista. Com base nos estudos dos documentos da polícia política de Getúlio Vargas em Pernambuco, procuramos mostrar que os integralistas, desde os primeiros momentos em que surgiram no cenário nacional, passaram a receber a atenção da polícia política de Getúlio Vargas, não só como objeto de vigilância mas também de controle e repressão, seguidos de prisão de alguns indivíduos considerados mais exaltados e fomentadores da desordem pública. Dessa forma, fica levantada a questão do “namoro” de Getúlio Vargas com os integralistas.

Esse questionamento se deve ao fato de que, ao longo de suas atividades, os integralistas enfrentaram muitos problemas e foram, em vários momentos, definidos como *inimigos* do regime, com casos de desordem pública destacados no discurso de legitimidade do governo para justificar a repressão à esquerda e à direita. Essa repressão policial aos integralistas em Pernambuco na Era Vargas constitui, assim, um estudo de ampla complexidade. Trata-se de um grupo apontado pela historiografia brasileira como aliado daquele governo na luta anticomunista, na implantação de um golpe de Estado, mas, que lidos pelos arquivos e documentos policiais, têm-se uma outra história sobre seu lugar na Era Vargas.

O que em nossa investigação temos de diferente dos trabalhos mencionados é o acréscimo de novos dados sobre o controle e repressão às atividades integralistas e à reação de um grande número de integralistas ao decreto de Getúlio Vargas em Pernambuco, com base em documentos policiais e da própria AIB-PE e AIB. Com esses dados, afirmamos que as relações entre Getúlio Vargas e a AIB ou com os líderes do Integralismo não eram tão harmoniosas quanto tem sugerido a historiografia brasileira, mesmo antes de 1937. Essa suposição surgiu não apenas com base nos estudos do movimento em Pernambuco, mas pelas fontes ligadas a outros Estados e

do próprio Distrito Federal que circulavam em Pernambuco. Tais fontes foram localizadas entre os jornais que circulavam na época, especialmente entre os documentos policiais e os da AIB no Arquivo Público do Rio de Janeiro/DOPS.

Além desses documentos, localizamos uma série de depoimentos em biografias ou em trabalhos diversos que nos ofereceram uma quantidade de informações que ampliaram o debate sobre as relações entre Getúlio Vargas e os integralistas, proporcionando uma contribuição às especificidades daquele governo e período. Entre eles, estão os trabalhos de Gilberto Calil e Carla Silva (2000; 2001) com alguns depoimentos que ajudam a refletir as relações entre Vargas e a AIB. Contudo, continua escassa a análise da repressão aos mesmos, sendo rara a referência a Pernambuco.

Particularmente importantes também foram os livros organizados por *memorialistas* e *biografias* nos quais se encontram informações sobre a complexidade que marcou as relações entre Getúlio Vargas e os integralistas em Pernambuco e em todo o país. Tratam-se de depoimentos de indivíduos que viveram o período, em sua maioria, ocupando uma posição política naquele ou em outros momentos, sendo seus depoimentos considerados discursos políticos sobre o tema, haja vista tratar-se, na maioria dos casos, de intelectuais, militares ou políticos importantes. As biografias também foram de grande utilidade para compreender as condições de produção dos discursos e do efeito de sentido dos mesmos na sociedade do período.

Paralelo à leitura bibliográfica, também consultamos alguns *jornais* da época, especialmente o *Jornal Pequeno*, que publicava muitos artigos de intelectuais e estudantes da FDR (Faculdade de Direito do Recife), contendo uma série de discursos defensores do Estado forte, críticas à liberal-democracia e ao comunismo. Nele, também localizamos, diariamente, informações sobre a expansão dos integralistas em Pernambuco antes de 1937 e artigos críticos depois de 1937, em que eram destacadas as atividades conflituosas entre os comunistas e os integralistas. Considerando-se que nossa preocupação foi também localizar os discursos do movimento que serviram de base à interdiscursividade com os discursos do governo, especialmente em se tratando dos temas ligados à noção de ordem desenvolvida pelo governo, procuramos examinar os jornais integralistas *A Cidade* e o *Diário do Nordeste*, que possibilitam informações sobre propaganda, ideologia e discursos dos integralistas. O *Diário de Pernambuco* foi útil para

analisar o período após 1937. Trata-se de um jornal que, no período, tinha uma postura crítica em relação aos integralistas, sendo depois de 1937/1938 um dos canais de comunicação dos fatos ligados às tentativas de golpe dos integralistas e um dos que notificavam os conflitos dos integralistas com representantes políticos de outros partidos e do governo. O jornal *Folha da Manhã*, de Agamenon Magalhães, interessou-nos por ser um dos principais canais de propaganda do Estado Novo, após 1937, sempre trazendo discursos das habilidades e atuação do novo regime em lidar com os inimigos, fazendo referências mais diretas aos integralistas após as descobertas de atividades clandestinas. Alguns artigos do *Jornal do Commercio* foram utilizados para fazer uma leitura do período pós-1938 por conter uma boa quantidade de informações sobre a conspiração de março de 1938 em Pernambuco. Da mesma forma com o *Diário da Manhã* e *Diário da Tarde*, nos quais Carlos de Lima Cavalcanti, antes de 1937, era co-proprietário. Nesses, temos algumas reportagens que investiam num discurso de produção da imagem perigosa dos integralistas de Pernambuco e de outros Estados.

Para ampliar e enriquecer a pesquisa, também tivemos a preocupação de utilizar alguns *depoimentos orais* sobre esses fatos à luz da reflexão atual. Entre eles, identificamos uma série de falas que afirmaram haver algum vínculo entre Vargas e o chefe nacional da AIB e outros que afirmam terem sido perseguidos durante toda sua atuação, mesmo antes de 1937, com casos de buscas, apreensões e prisões.

Desta forma, as informações contidas nos jornais, documentos policiais e livros produzidos por historiadores e memorialistas foram ampliadas ainda pelas *narrativas orais*. Assim, utilizamos ainda depoimentos orais na forma de entrevistas livres com a finalidade de ouvir histórias de vida; assim, pedia-se que falassem de suas épocas. Ao final, quando a memória parecia “esvaziada”, então, alimentávamos com questões do tipo por que se tornaram integralistas; como se sentiam em relação ao governo; se havia conflitos com a polícia; e como ficaram depois do golpe do Estado Novo. As entrevistas foram gravadas e transcritas com base numa postura que, apesar de não deixar de ser interpretativa, à medida que a transcrição acarreta uma interpretação da fala ouvida no momento da transcodificação da passagem do oral para o escrito, procurou-se manter um máximo de fidelidade à fala do entrevistado, que era por ele reavaliada depois de transcrita

para assinar as autorizações. Mesmo sendo a fala (na forma de som) o essencial do processo comunicativo oral, na transcrição, juntaram-se também os silêncios, pausas e outros aspectos prosódicos, isto é, as variações da fala, por serem significativos em determinados casos. De acordo com Fairclough (2001, p. 178-280),

há uma diversidade de sistemas válidos de transcrição capazes de representar diferentes características da fala, com diferentes graus de detalhes (entonação, ênfase, pausa, alterações na voz e assim por diante) em que nenhum sistema poderia mostrar tudo, e a escolha é sempre um problema de julgamento, considerando-se a natureza do projeto e as questões de pesquisa.

As entrevistas foram aqui consideradas dentro de uma perspectiva discursiva, à medida que temos a fala do depoente sendo elaborada e re-elaborada com base no vivido até o presente<sup>3</sup>. Procurando manter a integridade da fala, buscamos um pouco da história de vida dos indivíduos, do período em que atuou o Integralismo, procurando compreender os lugares de recepção dos discursos e as *instâncias discursivas*, à medida que alguns ocuparam cargos importantes dentro da AIB-PE. Nossa proposta foi compreender a produção de sentido dos discursos que legitimaram a repressão aos integralistas, de Getúlio Vargas, assim como os do chefe dos integralistas. Não procuramos estabelecer um tipo específico para entrevistar. Devido à distância do período delimitado pela pesquisa, qualquer informação, com base em depoimentos orais, era valiosa.

3 Sobre a metodologia aplicada nas entrevistas orais, consultamos diversos textos citados na bibliografia, uma vez que não procuramos privilegiar algum em especial, mas considerar a contribuição que cada um poderia oferecer na construção e utilização da fonte oral. Entre os quais citamos: MONTENEGRO, Antonio T. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992; FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina. (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000; MONTENEGRO, A. T.; FERNANDES, Tânia. *História oral: um espaço plural*. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2001, onde pudemos localizar uma série de discussões teórico-metodológicas e onde temos um artigo publicado sobre *A memória integralista* de nossa autoria, em que destacamos nossa postura acerca das fontes orais nos estudos do Integralismo em Pernambuco. Também utilizamos alguns artigos da *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, particularmente o número 1 (junho de 1998), onde estão publicados alguns artigos sobre a memória acerca de Getúlio Vargas, bem como discussões acerca da metodologia na história oral.

## Referências

- BASBAUM, Leônicio. *História sincera da República*, v. 4, 1977.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 4. ed. Men Martins: Publicações Europa-América, 1988.
- BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão*. São Paulo: Annablume, 1999.
- CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção História 39).
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.
- CARONE, Edgard. *O Estado Novo: 1937-1945*. v. 4. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: Edusc, 1999.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.
- FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina. (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- FRANÇOIS, Étienne. Os tesouros da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998.
- HILTON, Stanley E. *Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III – Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1989.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- LEVINE, Robert. *O Regime Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

- MONTENEGRO, Antonio T. *História oral e memória: a cultura popular revisitada.* São Paulo: Contexto, 1992.
- MONTENEGRO, A.T.; FERNANDES, Tânia. *História oral: um espaço plural.* Recife: Editora Universitária; UFPE, 2001.
- PARENTE, Josônio. *ANAUÊ: os camisas verdes no poder.* Fortaleza: Edições UFC, 1986.
- SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi (Orgs.). *Velhos integralistas: a memória de militantes do Sigma.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. (Coleção História 36).
- SILVA, Giselda Brito. *A lógica da suspeição contra a força do Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco.* Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. UFPE/CFCH, 2002.
- SILVA, Hélio. *1938: terrorismo em Campo Verde.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- TRINDADE, Hélgio. *O Integralismo: fascismo brasileiro nos anos 30.* São Paulo: Difel; Porto Alegre: UFRGS, 1974.